

Reforma tributária fica para a próxima semana

Eduardo Braga apresentará o relatório na CCJ na segunda-feira

Por Karoline Cavalcante

O clima de indefinição no Congresso quanto às regras de liberação das emendas orçamentárias paralisa todos os trabalhos. Isso compromete também a tramitação do projeto que regulamenta a reforma tributária.

Inicialmente, havia uma expectativa de que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) lesse nesta quarta-feira (4) seu parecer para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a reforma. Mas, diante do clima, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou que a leitura ficará para uma sessão extraordinária na próxima segunda-feira (9), às 16h. A expectativa, assim, é que o texto, que regulamenta a Emenda Constitucional 132, seja votado na quarta-feira (11).

Alcolumbre também informou que concederá vistas coletivas de 48 horas, dando mais tempo para a análise do parecer. “Estou informando aqui publicamente, que eu vou utilizar do amparo regimental, novamente haja vista que essa matéria está sendo discutida desde agosto, eu vou fazer as 48 horas de vista para esse assunto”, afirmou o presidente da CCJ.

Em reunião do colegiado, Braga destacou o intenso debate sobre a reforma, mencionando que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a CCJ realizaram, juntas, 35 audiências públicas sobre o tema. Além disso, foram apresentadas 1.940 emendas na CCJ e 510 sugestões na CAE. “Portanto, não faltou debate com a sociedade, não faltou debate com



Roque de Sá/Agência Senado

Braga analisou mais de mil de emendas apresentadas à proposta

o setor produtivo, não faltou apresentação de emendas – a 1.940 emendas –, além do trabalho que a CAE fez, que recomenda 510 sugestões e apresenta 180 proposituras de emendas. Portanto, todo esse trabalho, toda essa construção está sendo feita e, portanto, vossa excelência decidindo a leitura na segunda-feira, nós apresentaremos o relatório e começaremos a discussão para a votação”, afirmou o senador, em resposta a Alcolumbre.

Para 2025

Com isso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expressou a expectativa de que a votação da matéria no Senado aconteça na próxima semana, mas indicou que a conclusão da discussão na Câmara dos Deputados deve ser adiada para 2025. A declaração foi feita durante o Fórum JOTA, realizado em Brasília. “Tudo indica que a votação ocorrerá na próxima semana no Senado. Já na Câmara, a previsão é que o projeto de lei

complementar que regulamenta a emenda constitucional seja concluído no início do ano que vem”, afirmou Haddad.

Assim, confirma-se o que já tinha sido alertado pelo Correio da Manhã após palestra do senador Izalci Lucas (PL-DF) ao Grupo de Líderes Empresariais do Distrito Federal (Lide-DF) em outubro. Na ocasião, Izalci, que foi o relator do projeto na Comissão Especial da CAE, respondendo a uma pergunta do Correio, já afirmou que a reforma não seria concluída este ano.

Após as alterações promovidas pelo Senado, o texto precisará ser revisado pelos deputados. Com o recesso parlamentar previsto para começar em 22 de dezembro, o prazo para finalizar a discussão na Câmara fica inviabilizado.

Reforma tributária

O PLP 68/2024 busca viabilizar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), com a substituição de cinco tributos

atuais (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal; e o Imposto Seletivo, de competência federal. O IVA dual prevê que a arrecadação passará da produção para o consumo.

A reforma também introduz a ideia de cashback, que permitirá a devolução de parte do imposto pago, especialmente para famílias de baixa renda, garantindo que os mais pobres paguem menos tributos do que os mais ricos. Para setores estratégicos como agronegócio, saúde, educação e cultura, a reforma prevê alíquotas reduzidas ou até isenção, com a criação de uma cesta básica nacional isenta de tributos para alimentos essenciais. Além disso, a transição para o novo sistema será gradual, com um período de sete anos para a sociedade e de até 50 anos para os entes federativos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fellipe Sampaio/SCO/STF



Dino fez novas exigências para liberar emendas

O custo do governo para liberar emendas e votações

A aprovação do pacote de medidas de controle de gastos vai ter um custo razoável para o governo — custo político e em reais. Além da liberação de parte das emendas parlamentares represadas, já há muitos deputados falando na necessidade de o Planalto pagar um extra e liberar transferências especiais, as chamadas emendas pix — um extra de fim de ano, como

definiu um integrante da Câmara para a coluna. Do total de R\$ 16 bilhões retidos desde agosto por decisão do Supremo Tribunal Federal, entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões devem ser liberados até amanhã.

O problema é com o restante, que esbarra em exigências feitas pelo ministro Flávio Dino e respaldadas pelos demais integrantes do STF.

Lula na luta

Na terça, o presidente Lula se reuniu com lideranças partidárias e foi enfático ao defender o cumprimento de acordos. Criticou as alterações feitas por Dino na lei que regulamenta emendas. A Advocacia-Geral da União pediu ao STF para reconsiderar alguns pontos.

Pas de deux

O problema todo é que continua a desconfiança de que Lula e Dino jogaram juntos o tempo todo para criar dificuldades para as emendas, muito criticadas pelo presidente durante a campanha eleitoral. Agora, deputados querem provas da sinceridade do Planalto.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Arthur Lira voltou a criticar o Supremo

A legião da boa vontade limitada na Câmara

Para evitarem bater de frente com Lula, partidos da base como o PDT decidiram um caminho que indica alguma boa vontade: votar a favor do pedido de urgência para análise de projetos relacionados ao pacote fiscal. “Mas só a urgência, o mérito é outra história”, ressaltou um pedetista. Ou seja, para a votação

do mérito das medidas, o governo vai ter que abrir o cofre e, ainda por cima, negociar com o STF para aliviar exigências relacionadas a emendas. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou o STF e ressaltou que Planalto não tem votos suficientes para aprovar o pacote — Lula vai ter que se virar.

GLO rentável

Um parlamentar aponta outro motivo para a resistência das Forças Armadas à Proposta de Emenda Constitucional que quer eliminar qualquer possibilidade golpista do artigo 142, que trata de militares. A PEC prevê o fim de operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Dinheirão

Ele ressaltou que essas operações rendem um bom dinheiro para os quartéis. Entre novembro de 2023 e maio de 2024, a GLO decretada para reforço de segurança em portos e aeroportos do Rio e São Paulo custou R\$ 215,6 milhões — R\$ 182 milhões foram para as FFAA.

Drible 1

Estelionatários digitais são criativos para driblar barreiras de segurança de bancos. Um cliente do Itaú recebeu mensagens falsas de WhatsApp identificadas pelo número verdadeiro, utilizado pelo banco — é como se apresentassem um documento fraudado.

Drible 2

O mesmo cliente já entrou em contato com o telefone de segurança do banco para narrar um problema e, em seguida, recebeu uma ligação que seria do próprio Itaú — mas era um golpe. Os bandidos conseguem até detectar chamadas verdadeiras para o banco.

Dívida dos estados fica também para a outra semana

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados vai votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) na próxima terça-feira (10). O adiamento ocorre a pedido do deputado federal Doutor Luizinho (PP-RJ), relator do texto, para ajustar alguns detalhes finais em busca de consenso entre os parlamentares. Ao Correio da Manhã, o relator explicou que o tema é complexo e do interesse dos principais estados.

“Uma matéria que recebeu muitas emendas e é muito importante para os principais estados da Federação”, explicou. “Construímos um texto com o governo e as emendas para buscar um consenso”, afirmou o deputado.

Também é esperado que o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), acompanhe a votação no Congresso Nacional. De acordo com sua assessoria, o projeto, que tem sido defendido por ele, é “fundamental para viabilizar a saúde financeira do Rio de Janeiro e de outros estados que também têm investimentos comprometidos pelos altos juros cobrados pela União”.

O PLP é destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos estados e do Distri-



O próprio Doutor Luizinho pediu mais tempo para votar

to Federal com a União e, desde setembro deste ano, tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Chegou a ser pautado nesta terça-feira (3) e, depois, novamente nesta quarta-feira (4). O projeto já foi aprovado no Senado Federal e é de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Áreas sensíveis

Ao apresentar o seu parecer preliminar, Luizinho afirmou que o texto visa incentivar investimentos em áreas sensíveis,

como educação, segurança pública e infraestrutura. Ele destacou também que a proposta é benéfica para a União, pois permitirá que as dívidas, atualmente suspensas, sejam novamente pagas, gerando receitas para o governo federal.

“O Propag, portanto, é uma solução que permitirá que os estados resolvam de forma definitiva o problema do endividamento e que a União volte a receber os pagamentos das dívidas. Finalmente, ao propor a solução para a questão do endividamento, esta proposição

trata de dois pontos cruciais: o equilíbrio federativo e a responsabilidade fiscal”, iniciou.

“Quanto ao equilíbrio federativo, este projeto de lei complementar irá beneficiar proporcionalmente os entes mais endividados. Em relação à responsabilidade fiscal, o projeto propõe que os Estados que aderirem ao Propag limitem o crescimento de suas despesas primárias de forma similar ao Novo Arcabouço Fiscal”, acrescentou o relator no documento.

Propag

Entre as medidas do Propag, estão o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, sendo que cerca de 90% diz respeito a quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança. Também será criado um novo fundo federal para compensar os estados menos endividados.

Os estados também terão que aderir a regras fiscais, como o limite no crescimento de suas despesas primárias. O programa autoriza descontos nos juros e dá o prazo de 30 anos para pagamento, com a adesão definida até dezembro de 2025, no entanto, impõe restrições, como novos créditos.